

Principais Evoluções

ÁFRICA

Estados Partes

Benim. O Benim criou uma comissão interministerial para analisar as medidas necessárias nacionalmente para a aplicação do Tratado de Proibição de Minas. Com o apoio da França, o Benim estabeleceu um centro de treino de desminagem aberto a outros países africanos, que deverá estar operacional em meados de 2002.

Botsuana. O Tratado de Proibição de Minas entrou em vigor para o Botsuana a 1 de Setembro de 2000. Até, Julho de 2001, o Botsuana ainda não tinha entregue o seu primeiro relatório de transparência do Artigo 7 que deveria ter sido entregue a 28 de Fevereiro de 2001.

Burkina Faso O Burkina Faso propôs um esboço de decreto, incluindo sanções penais para a violação e para a implementação do Tratado de Proibição de Minas. Submeteu o seu primeiro relatório de transparência do Artigo 7 a 4 de dezembro de 2000.

Cabo Verde Cabo Verde ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 14 de Maio de 2001.

O Chade Uma Inspeção de Impacto sobre Minas foi completada em Maio de 2001. Aproximadamente 300 vítimas de minas e engenhos explosivos foram registadas nos últimos dois anos. O Chade não entregou o seus relatórios de transparência do Artigo 7, previstos para 29 de Abril de 2000 e 30 de Abril de 2001.

Congo-Brazzaville O Congo-Brazzaville aderiu ao Tratado de Proibição de Minas a 4 de Maio de 2001. Um oficial militar disse ao Monitor de Minas que o país tem um arsenal de cerca de 700.000 – 900.000 minas antipessoal e que um inventário dos estoques estava a ser conduzido através do país pelo exército. É a primeira vez que o Congo-Brazzaville revelou informações sobre o seu arsenal.

Costa do Marfim A Costa do Marfim tornou-se num Estado Parte do Tratado de Proibição de Minas a 1 de Dezembro de 2000. O relatório de transparência do Artigo 7, aguardado para finais de Maio de 2001, não tinha ainda sido entregue em Julho. A Campanha de Proibição de Minas da Costa do Marfim foi criada em Dezembro de 2000.

Jibuti Em Fevereiro de 2001, um Centro Nacional de Acção contra as Minas foi inaugurado em Jibuti. Em Novembro de 2000,

Jibuti acolheu uma conferência sobre minas no Corno da África e os Estados do Golfo de Adem. Jibuti ainda não entregou o seu primeiro relatório do Artigo 7, aguardado desde Agosto de 1999.

Gabão O Gabão ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 8 de Setembro de 2000 e tornou-se Estado Parte a 1 de Março de 2001.

Gana O Gana ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 30 de Junho de 2000 que entrou em vigor a 1 de Dezembro de 2000.

Guiné Bissau A Guiné Bissau ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 22 de Maio de 2001. A ONG HUMAID começou as operações de desminagem em Janeiro de 2000, e até Fevereiro de 2001 desminou cerca de 44.392 metros quadrados de terra, removendo 1 284 minas antipessoal, 45 minas antitanque e 264 engenhos explosivos, principalmente na cidade de Bissau. Em meados de 2000, a UNDP começou a apoiar a criação de um programa destinado a efectuar acções contra as minas na Guiné Bissau. A entidade nacional de acção contra as minas, o Centro de Coordenação Nacional de Acções Anti-Minas (CAAMI), foi estabelecido em finais de 2000 e um esboço de Programa Humanitário de Acção Anti-Minas (PAAMI) foi preparado em princípios de 2001.

Quénia O Quénia ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 23 de Janeiro de 2001. As vítimas de engenhos explosivos no Quénia exigiram reparações legais ao Governo britânico, que leva a cabo operações conjuntas de treino de exercícios militares no Norte do Quénia. Engenheiros Reais Britânicos começaram a despoletar munições em princípios de Abril de 2001.

Libéria O Tratado de Proibição de Minas entrou em vigor a 23 de Janeiro de 2001. Um painel independente de peritos está a averiguar as alegações da ONU segundo as quais armas incluindo as minas antipessoal foram importadas pela Libéria em violação total do embargo. Apesar dos combates no condado de Lofa da Libéria, não existem relatos de utilização de minas.

Malawi Houve um incidente com uma mina no Malawi em 2000, fazendo cinco vítimas. O Malawi referiu que está no processo de promulgar legislação nacional de aplicação, mas ainda não submeteu o relatório do Artigo 7 como requerido pelo Tratado de Proibição de Minas, aguardado desde 28 de Agosto de 1999. Em Dezembro de 2000, os Estados Unidos não aprovaram o pedido do Malawi de assistência americana na desminagem.

Mali O Mali adoptou legislação de aplicação do Tratado de Proibição de Minas ao nível nacional. Em Fevereiro de 2001, o Mali acolheu um Seminário de Bamako sobre a Universalização e Implementação da Convenção de Otava em África, ao qual assistiram 45 governos africanos. O relatório inicial de transparência exigido pelo Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas foi finalmente submetido a 17 de Maio de 2001.

Mauritânia A 11 de Janeiro de 2001, a Mauritânia tornou-se no 100º Estado Parte ao Tratado de Proibição de Minas. Um programa de assistência americana ajudou a criar um programa autóctone de acção contra as minas na Mauritânia. Em princípios de 2001, 141 hectares e 202 quilómetros de estradas foram desminadas, 27 campos de minas identificados e cerca de 3 200 minas antipessoal e 2 300 morteiros não espoletados destruídos. A Mauritânia referiu ter destruído o seu arsenal de minas antipessoal (cerca de 5 000 minas) e tenciona guardar 5 918 minas antipessoal para efeitos de treino.

Maurícia A Maurícia promulgou o Acto (Lei) de (Proibição) de Minas Antipessoal em Abril de 2001. Em Julho de 2001, a Maurícia ainda não tinha submetido o seu primeiro relatório do Artigo 7, aguardado desde 27 de Agosto de 1999.

Moçambique De acordo com o Instituto Nacional de Desminagem, em 2000, um total de 4,98 milhões de metros quadrados de terra foram desminados, incluindo 317 quilómetros de estradas. As cifras de vítimas de minas reduziram-se substancialmente, de 133 em 1998, para 60 em 1999 e finalmente para 25 em 2000. As descobertas iniciais da Inspeção de Impacto das Minas de Moçambique foram divulgadas em Junho de 2001. Descobriu-se que todas as dez províncias, e 123 dos 128 distritos em Moçambique estão afectados pelas minas. A inspeção identificou 1 374 áreas suspeitas de estarem minadas, cobrindo 562 quilómetros quadrados. Moçambique entregou o seu primeiro relatório de transparência do Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas, que forneceu os primeiros detalhes públicos sobre o arsenal moçambicano de 37 818 minas antipessoal.

Namíbia Aparentemente tanto as forças rebeldes angolanas da UNITA como as forças governamentais angolanas utilizaram minas antipessoal em território da Namíbia. O número de incidentes aumentou consideravelmente desde 1999. As estatísticas da polícia mostram isso: em 2000, morreram 14 pessoas e 125 ficaram feridas devido a acidentes com minas. O programa americano de desminagem chegou ao seu termo a 8 de Fevereiro de 2001. A Namíbia não respeitou a obrigação de entregar o seu relatório inicial de transparência do Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas, aguardado desde 27 de Agosto de 1999.

Ruanda Foram feitas sérias alegações de utilização de minas antipessoal pelas tropas ruandesas na República Democrática do Congo, particularmente em Junho de 2000. O Ruanda negou essas alegações. As operações de desminagem retomaram no Ruanda em Junho de 2000. Resultou que, em Janeiro de 2001, 2.966 minas e engenhos explosivos foram removidos e 11.337 metros quadrados de terra foram desminados para reassentamento de populações.

Senegal Continuaram as alegações de utilização de minas pelos rebeldes do MFDC. O número de novas vítimas decresceu ligeiramente para 57 em 2000.

Seicheles As Seicheles ratificaram o Tratado de Proibição de Minas a 2 de Junho de 2000 e tornaram-se Estado Parte a 1 de Dezembro de 2000.

Serra Leoa A Serra Leoa ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 25 de Abril de 2001. A Serra Leoa reconheceu que tem um pequeno arsenal de 900 minas antipessoal.

África do Sul A África do Sul continuou a ter um papel de liderança no programa de trabalho intersessional do Tratado de Proibição de Minas. Companhias sul-africanas continuaram a levar a cabo operações de desminagem e de pesquisa e desenvolvimento extenso sobre tecnologias de desminagem e equipamento de desminagem.

Tanzânia A Tanzânia ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 13 de Novembro de 2000. O Tratado entrou em vigor para a Tanzânia a 1 de Maio de 2001. A Tanzânia é o único Estado Parte que não revelou se tem ou não um arsenal de minas antipessoal. Visitas no terreno pelo Monitor de Minas às zonas fronteiriças entre a Tanzânia e o Burundi mostram que continuam a haver vítimas de minas chegando do Burundi aos campos de refugiados do Noroeste.

Togo O Togo tornou-se Estado Parte ao Tratado de Proibição de Minas a 1 de Setembro de 2000, mas ainda não adoptou medidas nacionais de aplicação do Tratado nem entregou o seu primeiro relatório de transparência do Artigo 7. Em Dezembro de 2000, quatro ONG locais criaram a Campanha Togolesa Para a Proibição da Minas Antipessoal.

Uganda O Monitor de Minas continuou a receber relatos inquietantes que indicam a forte probabilidade de que as forças do Uganda utilizaram minas antipessoal na República democrática do Congo em Junho de 2000. O Monitor de Minas crê que estas alegações serias e credíveis merecem a atenção dos Estados Partes, que deveriam consultar o Governo do Uganda e outros

actores pertinentes de modo a obter clarificações, estabelecer os factos e resolver estas questões de cumprimento do Tratado de Proibição de Minas. O governo do Uganda negou ter utilizado minas antipessoal na RDC.

Continuaram a haver novas vítimas no Norte do Uganda. A Mines Advisory Group completou a primeira avaliação da situação relativa às minas no Uganda em maio de 2001.

Zâmbia A Zâmbia ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 23 de Fevereiro de 2001; o tratado entrou em vigor para a Zâmbia a 1 de Agosto de 2001. A UNMAS levou a cabo uma missão de avaliação em Maio - Junho de 2000 e o Departamento de Estado dos EU conduziu uma missão de avaliação em outubro de 2000.

Zimbabué Em Janeiro de 2001, o Zimbabué, promulgou o Acto (lei) de (Proibição) das Minas Antipessoal, 2000. Em Novembro, o Zimbabué destruiu o seu arsenal de 4 092 minas antipessoal. O Zimbabué decidiu reter 700 minas para efeitos de treino permitidos. Uma operação de desminagem financiada pela UE foi terminada em Dezembro de 2000. Oficiais do Zimbabué negaram vigorosamente as alegações de utilização de minas antipessoal pelas forças do Zimbabué colocadas na RD do Congo, tal como mencionado no Relatório de Monitor de Minas de 2000. O Zimbabué tornou-se vice-presidente do Comité Permanente sobre os Estatuto Geral e Operativo da Convenção em Setembro de 2000.

Signatários

Angola Tanto as forças governamentais como as da UNITA continuaram a utilizar minas antipessoal, mesmo se o Parlamento angolano aprovou a ratificação do Tratado de Proibição de Minas em Julho de 2000. As principais ONGs de acção contra as minas mencionaram ter desminado 5.8 milhões de metros quadrados de terra em 2000. A INAROOE referiu que 1 335 minas antipessoal, 51 minas anticarro e 75 017 engenhos explosivos foram destruídos durante as operações de desminagem. A UNICEF referiu que as campanhas de sensibilização às minas chegaram a uma audiência de 237.000 pessoas em 2000. Durante o ano de 2000, 840 vítimas de minas e engenhos explosivos foram registadas.

Burundi Parece certo que minas antipessoal continuaram a ser utilizadas no conflito dourador do Burundi. Houve alegações de utilização por ambas as forças governamentais e rebeldes. O Monitor de Minas não foi capaz de obter provas concludentes sobre qual dos beligerantes é responsável pela utilização das minas. O governo nomeou uma comissão interministerial para superintender e facilitar o processo de ratificação do Tratado de Proibição de Minas

Camarões Apesar de que os Camarões promulgaram uma

legislação para a ratificação do Tratado de Proibição de Minas, até Julho de 2001 não tinham ainda depositado o seu instrumento de ratificação nas Nações Unidas. Apesar de não ser um Estado Parte, a 14 de Março de 2001, entregou um relatório de transparência como exigido pelo Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas; declarou um estoque de 500 minas antipessoal.

Etiópia A guerra fronteiriça entre a Etiópia e a Eritreia terminou em Junho de 2000. Uma grande variedade de acções contra as minas estão a ser realizadas. Um Centro de Coordenação das Acções contras as Minas foi criado no seio da Missão das Nações Unidas para a Eritreia e Etiópia e o Governo criou o Gabinete Etíope de Acção contra as Minas. A ONG HALO Trust conduziu uma rápida inspecção de avaliação. As actividades dos programas de alerta às minas e de assistência aos sobreviventes foram acrescidas. No entanto, houve 170 novas vítimas de minas na região do Tigré em 2000.

Continuaram a haver relatos de utilização de minas pela Etiópia, assim como pela Eritreia, durante o seu conflito fronteiriço entre Maio de 1998 e Junho de 2000. Embora o Monitor de Minas não tem provas concludentes, existem fortes indicações que as forças etíopes utilizaram minas antipessoal durante o conflito. Em Junho e Julho de 2001, o Monitor de Minas recebeu cartas do Ministério dos Negócios Estrangeiros (relações externas) negando a utilização de minas antipessoal pela Etiópia.

Sudão Existem indicações substanciais que tanto o governo como as forças rebeldes no Sudão continuaram a utilizar minas antipessoal. O Governo continuou a negar essa utilização. A primeira reunião da Rede de Minas do Sudão, criada para coordenar as acções contra as minas, teve lugar em Abril de 2001. Entre Setembro de 1997 e Março de 2001, as equipas de desminagem removeram 2 816 minas antipessoal, 411 minas anticarro e 88 019 engenhos explosivos. O Sudão recuperou 2 972 024 metros quadrados de terra, assim como 676 milhas de terra.

Não-Signatários

República Centrafricana A República Centrafricana, um não-signatário, assistiu ao Seminário de Bamako sobre a Universalização e Aplicação do Tratado de Proibição de Minas em África, em Fevereiro de 2001 e também assistiu às Reuniões do Comité Intersesssional Permanente do Tratado de Proibição de Minas em Genebra em Maio de 2001. A República Centrafricana nunca tinha participado numa reunião internacional diplomática sobre minas.

República Democrática do Congo O Governo do Presidente Joseph Kabila expressou a sua vontade de aderir ao Tratado de Proibição de Minas. A RDC foi mencionada como tendo completado

os procedimentos domésticos para aderir ao Tratado de Proibição de Minas a 28 de Março de 2001. Todavia, em Julho, o instrumento de ratificação ainda não tinha sido formalmente entregue nas Nações Unidas. Desde Maio de 2000, houve utilização contínua de minas antipessoal na RDC, mesmo apesar da frágil manutenção da paz. Em Abril de 2001, um relatório da ONU afirmava “Durante a fase de retirada, [os observadores da ONU] receberam informações indicando a presença de campos de minas colocadas pelas forças beligerantes para proteger a suas posições de vanguarda” e notaram “tanto o aumento de novas posições defensivas como de perigo de minas”. O Monitor de Minas foi incapaz de confirmar com certeza absoluta qual das partes em combate utilizou minas. À luz das persistentes alegações de utilização de minas por Estados Partes ao Tratado de Proibição de Minas, o monitor de Minas apela vigorosamente aos Estados Partes, e como prioridade, de consultar, procurar clarificações e cooperar entre si para estabelecer os factos e resolver as questões ligadas ao uso de minas antipessoal na República Democrática do Congo.

A Eritreia Desde que o conflito fronteiriço entre a Eritreia e a Etiópia terminou em Junho de 2000, a Eritreia reconheceu a utilização de minas antipessoal durante o conflito. Uma grande variedade de acções contra as minas estão a ser realizadas. Um Centro de Coordenação das Acções contras as Minas foi criado no seio da Missão das Nações Unidas para a Eritreia e Etiópia (UNMEE). O Centro de Acção contra as Minas da Eritreia foi criado como coordenador de todas as acções contra minas na Eritreia. A HALO Trust conduziu um rápida inspecção de avaliação das zonas perigosas. O treino de sapadores está a ser realizado. A Eritreia submeteu ao UNMEE um mapa detalhado e 313 registos completos de campos de minas.

Nigéria A 10 de Maio de 2000, o Conselho Executivo Federal chegou à conclusão de que a Nigéria deveria integrar o Tratado de Proibição de Minas. A decisão do Conselho está no processo de ser implementada.

Somália De acordo com o UNDP da Somália, em Julho de 2001, o Centro de Acção contra as Minas do Puntland está a ser criado e o Centro de acção contra as Minas de Mogadíscio será estabelecido em Setembro de 2001. O UNDP da Somália indicou que a desminagem na Somália poderá começar em Outubro de 2001. O Centro de Acção de Inspeção levou a cabo uma Missão Avançada de Inspeção em Março de 2001. Um acordo com as autoridades governamentais foi obtido para conduzir um Inquérito de Impacto de Minas. Em 2000, em duas regiões centrais da Somália, houve 147 vítimas de minas.

AMÉRICAS

Estados Partes

Argentina A Argentina co-organizou um seminário regional sobre a destruição dos arsenais em Novembro de 2000. A Argentina entregou o seu relatório inicial de transparência relativo ao Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas, onde pela primeira vez tornou públicos os detalhes sobre o seu arsenal de 89 170 minas antipessoal. Um Gabinete para a Desminagem Humanitária foi criado no Gabinete do Estado Major Conjunto.

Bolívia Pela primeira vez a Bolívia forneceu informação detalhada ao Monitor de Minas sobre os campos de minas chilenos perto das suas fronteiras. Em Janeiro de 2001, parlamentares da Bolívia e do Chile encontraram-se e fizeram uma declaração conjunta sobre a desminagem das suas fronteiras comuns. A Bolívia não entregou os relatórios anuais de transparência de re-actualização de 2000 e 2001, como previsto pelo Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas.

Brasil A legislação para a aplicação do Tratado de Proibição de Minas está actualmente perante o Senado. O Brasil entregou o seu relatório inicial de transparência relativo ao Artigo 7 do Tratado de Proibição de Minas, que tornou públicos os detalhes sobre o arsenal de 34 562 minas antipessoal. O Brasil pretende reter 16 550 minas para treino, ou seja, mais que qualquer outro Estado Parte.

Canadá O Canadá continuou a ter um papel de liderança na promoção da universalização e aplicação total do Tratado de Proibição de Minas. O Canadá coordenou o Grupo de Contacto para a Universalização e co-organizou conferências regionais no Mali, Mongólia e Polónia. O Canadá tomou a responsabilidade do trabalho relativo à execução do Artigo 8 sobre cumprimento do Tratado. Promoveu a destruição dos arsenais, incluindo a co-organização de seminários em Buenos Aires e Budapeste. Serviu como co-relator do Comité Permanente sobre assistência às vítimas. O Governo contribuiu com 14.6 milhões de dólares americanos para os programas de acções contra as minas.

Colômbia A Colômbia ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 6 de Setembro de 2000. Os grupos de guerrilha continuaram a utilizar minas antipessoal. O Monitor de Minas identificou um numero crescente de zonas afectadas pelas minas, incluindo em 168 municípios em 27 Departamentos em todas as cinco regiões da Colômbia. Um novo projecto piloto de sensibilização às minas e de assistência às vítimas está a ser implementado em 16 municípios. Um total de 83 vítimas de minas foram registadas em 2000, um aumento em relação às 63 de 1999. De Janeiro até Junho de 2001, 138 vítimas foram registadas. A Colômbia referiu ter um arsenal de 18 294 minas antipessoal.

Costa Rica A legislação interna de aplicação foi introduzida na Assembleia Legislativa. A Costa Rica ainda não submeteu o seu relatório inicial de transparência do artigo 7, aguardado desde 27 de Fevereiro de 2000. De acordo com os planos actuais, a desminagem estará completa em Julho de 2002.

República Dominicana A República Dominicana ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 30 de Junho de 2000.

Equador O Equador e a Organização dos Estados Americanos assinaram um protocolo de acordo para um Programa de Acção contra Minas Integrado no Equador. O Equador declarou que iria reter 16 000 minas antipessoal para efeitos de treino, a segundo maior cifra entre os Estados Partes.

El Salvador Pela primeira vez, as forças armadas disseram ao Monitor de Minas que El Salvador tem um arsenal de 5 657 minas antipessoal. Apesar do Governo se ter auto-declarado como “livre de minas”, o Grupo Internacional de Desminagem, e a organização parceira CORDES, identificaram 53 locais afectados pelas minas ou engenhos explosivos nos departamentos de Chalatenango, Cabañas, Cucatlán e Usulután. Um projecto de acção contra as minas, incluindo a desminagem pela IDG, é previsto ser iniciado em finais de 2001. El Salvador não entregou o seu relatório inicial de transparência relativo ao Artigo 7, aguardado desde 27 de Dezembro de 1999.

Guatemala A desarmadilhagem de munições por explodir nas zonas Norte de El Quiché foi completada em Março de 2001; a desminagem de todos os 13 departamentos considerado de alto risco está prevista ser terminada por volta de 2004. Não houve registo de vítimas em 2000 e 2001. A Guatemala entregou o seu relatório inicial de transparência do Artigo 7 a 2 de março de 2001.

Honduras A 2 de Novembro de 2000, as Honduras destruíram o seu arsenal de 7 441 minas antipessoal excepto um numero incerto para efeitos de treino. As Honduras foram co-relatores do Comité Intersessional Permanente sobre Assistência às Vítimas. O fim das operações de desminagem ao longo da fronteira estão previstas para Setembro de 2001.

Nicarágua A Nicarágua irá acolher a Terceira Reunião dos Estados Partes ao Tratado de Proibição de Minas, que terá lugar entre 18 e 21 de Setembro de 2001 em Manágua. Desde Setembro de 2000, a Nicarágua serviu como co-Presidente do Comité permanente sobre Assistência às Vítimas. Um total de 70 000 minas antipessoal dos arsenais foram destruídas desde 1999 e o termo da destruição está previsto para antes de Dezembro de 2002. Em Abril

de 2001, um total de 2.1 milhões de metros quadrados de terra foram desarmadilhados, incluindo 64 874 minas. Mais de 70 000 minas estão ainda em terra em 369 áreas minas ao longo da fronteira com as Honduras e em 39 locais do interior. A desminagem ao longo da fronteira com a Costa Rica foi completada em Abril de 2001. Novas vítimas de minas incluindo mortes forma referidas em 2001.

Perú O Perú serviu como co-Presidente do Comité Permanente do Tratado de Proibição de Minas sobre Desminagem. O Perú reduziu o numero de minas antipessoal que tenciona guardar para efeitos de treino para 5.578. De Março 2000 até Julho de 2001, o Perú destruiu 117.506 minas antipessoal armazenadas. Um Grupo de Trabalho Interministerial dos Negócios Estrangeiros (relações externas) e da Defesa, foi criado em 2000 para coordenar as acções contra as minas e desenvolver um plano nacional. Em Maio de 2001, o Perú e a Organização dos Estados Americanos assinaram um acordo para apoiar a acção contra minas integrada no país. Novas vítimas de minas, tanto civis como militares, foram registadas em 2000 e 2001

Trinidad e Tobago Trinidad e Tobago tornou-se no primeiro Estado das Antilhas a adoptar legislação nacional (sobre minas) em Setembro de 2000.

Uruguai O Uruguai ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 7 de Junho de 2001. O Ministério da Defesa forneceu ao Monitor de Minas os detalhes dos seu arsenal e da sua destruição. Até Julho de 2001, o Uruguai tinha um arsenal de 1 918 minas antipessoal e destruiu um total de 242 minas antipessoal desde Maio de 2000.

Venezuela Em Julho de 2001, a Venezuela não tinha ainda entregue o seu relatório inicial de transparência do artigo 7, aguardado desde 29 de Março de 2000. Fontes militares venezuelanas indicam que a Venezuela retêm um pequeno número que minas nos arsenais para efeitos de treino.

Signatários

Chile Maio de 2001, o Senado do Chile promulgou legislação para a ratificação. Até Julho de 2001, o Presidente ainda não tinha assinado o decreto de aplicação. O Exercito tem aproximadamente 25 000 minas antipessoal armazenadas. A Marinha destruiu 2 000 minas M16 a 6 de Novembro de 2000. Não houve relatos de operações de desminagem significantes. O trabalho de campo do Monitor de minas produziu novas informações sobre áreas minadas.

Não-Signatários

Estados Unidos da América A revisão da política da Casa Branca em relação às minas começou em Junho de 2000. Estão pendentes as decisões sobre o desenvolvimento e produção de duas principais alternativas às minas antipessoal, a RADAM e a NSD-A, ambas as quais podem ser incompatíveis com o Tratado de Proibição de Minas. O orçamento total para o programa de alternativas para as minas foi de quase \$50 milhões para o ano fiscal de 2000; as despesas previstas para os anos 2001 e 2002 são de \$100 milhões para cada ano. Os Estados Unidos contribuíram com \$97 milhões para os programas contra as minas em 37 países para o ano fiscal 2000 e os planeia gastar um montante comparável para o ano fiscal de 2001. A Campanha Norte-Americana para a Proibição das Minas foi a anfitriã da reunião Geral da ICBL e organizou a “Semana de Proibição de Minas” em Washington, DC em Março de 2001. Dois acidentes com minas feriram pessoal militar norte-americano, durante este período de inquérito, no Kosovo e na Coreia do Sul.

ÁSIA - PACIFICO

Estados Partes

Austrália O Governo australiano anunciou um programa em colaboração com a Rede Australiana da ICBL para favorecer a universalização do Tratado de Proibição de Minas no Sudeste Asiático. A Austrália foi nomeada Presidente da Conferência de Revisão da Convenção sobre as Armas Convencionais. A Austrália tornou-se co-relator do Comité Permanente do Tratado de Proibição de Minas para a destruição dos Arsenais. Ela destruiu mais 6.460 minas antipessoal não registadas previamente e decidiu reduzir o número de minas que tenciona reter para efeitos de treino para 7 845. A Austrália forneceu clarificações sobre o facto de ser um antigo produtor de minas antipessoal. Aproximadamente \$6.8 milhões de dólares americanos foram atribuídos ou gastos em programas de acção contra as minas durante o ano fiscal de 2000/2001.

Bangladesh A 6 de Setembro de 2000, o Bangladesh ratificou o Tratado de Proibição de Minas e entrou em vigor a 1 de Março de 2001. De acordo com oficiais do Bangladesh, forças governamentais do Myanmar continuaram a colocar minas antipessoal dentro do território do Bangladesh. De Janeiro 2000 até Março de 2001, pelo menos nove pessoas foram mortas e seis feridas devido a minas.

Camboja Uma Inspeção Nacional de Primeiro Nível Cambojana está a ser levada a cabo e espera-se que termine em finais de 2001. Durante o ano 2000, um total de 32.2 milhões de metros quadrados de terra foram desminados incluindo a destruição de 22 613 minas antipessoal; educação de sensibilização às minas foi dada a 903 aldeias, alcançando 627 244 pessoas e 802 pessoas

foram feridas ou mortas por acidentes com minas, ou seja, uma redução de 24 por cento em relação ao ano anterior. 328 pessoas adicionais foram feridas ou mortas entre Janeiro e Abril de 2001. Em Setembro de 2000, foi criada uma nova entidade de coordenação, a Autoridade Cambojana de Acção contra as Minas e de Assistência às Vítimas. O Centro Cambojano de Acção contra as Minas confrontou-se a uma crise de fundos que resultou no licenciamento da maior parte dos empregados da CMAC e o fecho do conjunto da operações a 13 de Outubro de 2000. Apesar de que o Camboja ter declarado em 1999 que tinha destruído todas as suas minas antipessoal armazenadas, as comunidades locais afirmaram que muitas regiões militares continuam a ter armazéns de minas antipessoal.

Japão O Japão serviu como co-Presidente do Comité Permanente do Tratado de Proibição de Minas sobre Assistência às Vítimas desde Setembro de 2000. O Japão tinha destruído mais de 220 000 minas antipessoal, em finais de Fevereiro de 2001 e espera destruir 380 000 minas adicionais antes do final de Fevereiro de 2002. Após ter aumentado significativamente \$13.2 milhões em 1999, os fundos japoneses para as acções contra as minas diminuíram para \$11.86 milhões em 2000. A 26 de Dezembro de 2000, o Japão anunciou um novo compromisso de fornecer 500 milhões de ienes para a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de desminagem.

Kiribati As Kiribati aderiram ao Tratado de Proibição de Minas a 7 de Setembro de 2000.

Malásia A 15 de Janeiro de 2001, a Malásia completou a destruição de todas as 94 721 minas antipessoal do seu arsenal. A Malásia foi co-relator do Comité Permanente sobre a Destruição dos Arsenais desde Setembro de 2000. A legislação interna, a Lei (Acto) de aplicação da Convenção sobre Minas antipessoal 2000, entrou em vigor a 15 de Junho de 2000.

Maldivas As Maldivas ratificaram o Tratado de Proibição de Minas a 7 de Setembro de 2000 e este entrou em vigor a 1 de Março de 2001.

Nauru Nauru aderiu ao Tratado de Proibição de Minas a 7 de Agosto de 2000.

Nova Zelândia A Nova Zelândia manteve o seu esforço de advocacia internacional em prol do Tratado de Proibição de Minas e a sua contribuição em géneros e financeira aos programas de acção contra as minas. Em Março de 2001, acolheu a Conferência das Nações Unidas para o Desarmamento Regional da Ásia – Pacífico

que incluiu discussões sobre minas antipessoal.

As Filipinas O Tratado de Proibição de Minas entrou em vigor para as Filipinas a 1 de Agosto de 2000. O acréscimo das hostilidades resultaram num aumento da utilização de minas por três grupos rebeldes : a Frente Islâmica de Libertação Moro, o Novo Exército de Povo e o Grupo Abu Sayyaf. As forças armadas das Filipinas identificaram 40 incidentes com minas em 2000, resultando em 64 vítimas, incluindo 19 civis. Apesar das Filipinas terem destruído anteriormente todas as suas minas Claymore, emitiram a possibilidade de vir a adquirir novas minas Claymore.

Tailândia Um Inquérito de Impacto de Minas de Primeiro Nível foi levada a cabo de Setembro de 2000 a Maio de 2001. A inspecção identificou 530 comunidades afectadas pelas minas em 27 províncias e registou 3 472 vítimas de minas, incluindo 350 feridos ou mortos durante os dois últimos anos. Desde Agosto de 2000, duas novas Unidades de Acção Humanitária contra Minas foram organizadas, treinadas e colocadas. Um total de 69 346 minas antipessoal armazenadas foram destruídas de Janeiro até Junho de 2000. A Tailândia decidiu de reduzir o número de minas retidas para efeitos de treino para 4 970. Em setembro de 2000, a Tailândia tornou-se no co-relator do Comité Permanente de Peritos sobre o Estatuto Geral e Operativo da Convenção acusou as forças do Myanmar de colocar minas dentro da Tailândia.

Não-Signatários

Afganistão No ano 2000, uma média de cerca de 88 vítimas de minas e engenhos explosivos foram registadas, um acentuado declínio em relação àquelas registadas em 1999. Em 2000, Organizações de acção contra as minas assinalaram e cartografaram cerca de 126 milhões de metros quadrados de terra contaminada, e desminaram cerca de 104 milhões de metros quadrados de terras afectadas por minas e engenhos explosivos. Um total de 13 542 minas antipessoal, 636 minas antitanque e 298 828 engenhos explosivos foram destruídos durante essas operações de desminagem. As organizações de alerta às minas forneceram treino formal de sensibilização a mais de um milhão de pessoas. A MAPA conheceu uma severa falta de fundos em 2000 de tal modo que não pôde atingir o seu objectivos operacionais para o ano e teve que despedir cinco equipas de desminagem manual, duas equipas de inspecção e dois peritos internacionais. As operações de acção contra minas foram suspensas nas províncias de Badghais e Faryab depois da morte de sete trabalhadores de alerta às minas em Agosto de 2000. Os Taliban e a sua oposição, a Aliança do Norte, acusaram-se mutuamente de colocar novas minas. A Aliança Norte negou perante o Monitor de Minas mas admitiu que continuava a utilizar minas antipessoal a uma missão da UE.

Birmânia (Myanmar) As forças governamentais e pelo menos onze grupos étnicos continuaram a colocar minas antipessoal de forma significativa. Ambos os Governos do Bangladesh e da Tailândia protestaram contra a utilização de minas pelas forças do Myanmar dentro dos seus respectivos países. Uma evolução inquietante : alegadamente a utilização de minas está a ser feita pelo Governo e as forças rebeldes mas também por traficantes de droga e bandidos.

Índia A Índia concebeu pela primeira vez um sistema de mina antipessoal por controlo remoto para efectuar testes de avaliação e realizar protótipos. Concebeu também para produção, uma versão detectável da sua mina M14 não metálica e colocada manualmente. Segundo fontes governamentais, 129 civis morreram e 715 ficaram feridos devido a minas terrestres e engenhos explosivos improvisados no Jammu e Cachemira em 2000.

República Democrática Popular da Coreia Os chefes de Estado da Coreia do Norte e do Sul discutiram a questão das minas terrestres na altura da sua cimeira de Junho de 2000. A Coreia do Norte aceitou uma ligação por transporte através da zona desmilitarizada requerendo a maior operação de desminagem na zona desmilitarizada em 2001, mas o projecto foi suspenso.

República da Coreia (Sul) Em Setembro de 2000, a Coreia do Sul iniciou o projecto de ligação por transporte através da zona desmilitarizada que requer a desarmadilhagem de milhares de minas, mas o projecto foi suspenso. A Coreia do Sul em 2000, declarou que despoletou 1 100 minas antipessoal abaixo da zona desmilitarizada e 4 800 minas antipessoal nas zonas mais retiradas. Foram registadas seis vítimas civis e treze militares em 2000. A Coreia do Sul produziu cerca de 7 000 minas Claymore KM 18A1. A Coreia do Sul ratificou o Protocolo II Revisto da Convenção sobre Armas Convencionais a 9 de Maio de 2001.

R.D.P. do Laos Em 2000, 7.42 milhões de metros quadrados de terra foram desminados e 80 538 engenhos explosivos e minas foram destruídas. A meados de 2001, 43 851 engenhos explosivos e minas foram destruídas. De acordo com a UXO Lao, em 2000, 39 pessoas foram mortas e 63 feridas por engenhos explosivos.

Mongólia Oficiais do Ministério da Defesa reconheceram a existência de importantes arsenais de minas antipessoal. Uma conferência sobre minas terrestres apoiada pelo governo teve lugar entre 27 – 28 de Junho de 2001.

Nepal Os rebeldes maoístas utilizaram minas terrestres artesanais de maneira cada vez mais importante à medida que o

conflito se expande. Existem agora indicações sérias que as forças governamentais da policia estejam também a utilizar minas. Parlamentares confirmaram que o Exercito tem arsenais de minas antipessoal. O Governo referiu 2 456 acidentes com minas, matando 1 366 pessoas, entre Fevereiro de 1996 e Junho de 2000. Durante o ano 2000, a Campanha para a Proibição das Minas do Nepal identificou 182 vítimas de minas e de engenhos explosivos improvisados.

Paquistão Aparentemente o Paquistão está envolvido na produção de minas de colocação manual detectáveis e minas de dispersão remota. O Paquistão continuou a modificar o seu arsenal de minas de fraco conteúdo metálico. De Agosto a Dezembro de 2000, a organização não-governamental Human Survival and Development (HSD) levou a cabo uma missão de avaliação na Região das Áreas Tribais Administradas Federalmente e recolheu dados sobre vítimas de minas na Agência (região) de Bajaur. Esta inspecção interna identificou 599 vítimas de minas desde 1980. Em 2000, 31 pessoas foram mortas ou feridas por minas na Agência de Bajaur. A HSD lançou o primeiro programa de sensibilização às minas em Agosto de 2000. Em Dezembro de 2000, tinha coberto a educação de 24 076 pessoas, em algo como 147 aldeias da Agência de Bajaur.

Singapura O Ministério da Defesa reconheceu que Singapura continua a produzir minas antipessoal, e afirma que tem um arsenal “apenas para efeitos de treino e defensivos”.

Sri Lanka O acréscimo de combates resultou num aumento da utilização de minas antipessoal pelas forças do Governo e das forças do LTTE, assim como um acréscimo de vítimas civis e militares de minas. Os programas de acção contra as minas e de sensibilização às minas da ONU foram fechados. Em Março de 2001, um Simpósio sobre o Impacto das Minas Terrestres no Sri Lanka teve lugar em Colombo, e em Maio de 2001, teve lugar uma Conferência sobre a Utilização de Minas por Actores Não-Estatais na mesma cidade.

Vietname O Governo levou a cabo actividades de desminagem relacionadas com construção da nova auto estrada nacional Ho Chi Minh. A desminagem por organizações não-governamentais conheceu um aumento. Os EU e o Vietname assinaram o seu primeiro acordo de assistência de acção contra minas. Uma missão avançada de inspecção foi conduzida em Maio de 2001 em preparação do Inquérito Nacional sobre o Impacto de Minas e Engenhos Explosivos.

Taiwan Em Março de 2001, o Ministério da Defesa Nacional confirmou que Taiwan deixou de utilizar, produzir, ou transferir minas antipessoal. As operações de desminagem continuaram na Ilhas Kinmen.

EUROPA/ ASIA CENTRAL

Estados Partes

Albânia O Tratado de Proibição de Minas entrou em vigor para a Albânia a 1 de Agosto de 2000. Em 2001, a Albânia assinou um acordo com o Fundo de Crédito e Parceria para Paz da NATO (OTAN) para a destruição do arsenal albanês de 1.6 milhões de minas antipessoal. A desmontagem começou em finais de Maio de 2001 e é prevista terminar em Abril de 2002. As minas provocaram um total de 35 vítimas em 2000, um forte declínio em relação às 191 do ano anterior.

Áustria A Áustria continuou a seus esforços para sensibilizar os outros países em relação à questão das minas e a encorajar a adesão ao Tratado de Proibição de Minas concentrando-se sobre a Ásia Central e o Cáucaso Sul. A Áustria duplicou os seus fundos atribuídos às acções para as minas para US\$1.9 milhões em 2000, mas reduziu o seu orçamento para 2001 para o nível precedente de US\$ 950 000.

Bélgica A Bélgica continuou a ter um papel de liderança na promoção da universalização e na efectiva aplicação do Tratado de Proibição de Minas. A Bélgica co-presidiu o Comité Intersessional Permanente sobre o Estatuto Geral e Operativo da Convenção desde Setembro de 2000. Houve muitos debates no Parlamento e em outras instâncias em prol de uma proibição dos dispositivos anti-manipulação. A Bélgica contribuiu com mais de US\$ 3.7 milhões para as acções contra as minas em 2000; um aumento em relação ao ano anterior.

Bósnia Herzegovina O Centro de Acção contra as Minas da Bósnia Herzegovina (BHMAC) referiu a desminagem de 7.1 milhões de metros quadrados de terra, incluindo a destruição de cerca de 5.800 minas em 2000. O Fundo Internacional de Crédito para a Desminagem e a Assistência às Vítimas forneceu cerca de US\$ 11 milhões para a Bósnia Herzegovina em 2000. A falta de fundos em 2001 puseram em risco a operação da BHMAC. Em seguimento ao despedimento de três Comissários de Desminagem com base na corrupção e abuso de autoridade, uma nova Comissão de Desminagem BiH foi inaugurada em Dezembro de 2000. Em 2000, 2.642 minas foram recolhidas por civis numa iniciativa da SFOR. Em 2000, foram registadas 92 vítimas de minas e de engenhos

explosivos, ou seja uma pequena diminuição em relação ao ano anterior. Vários incidentes envolvendo a colocação de minas por Sérvios Bósnios para impedir o regresso de Bósnios muçulmanos foram referidos. A Bósnia Herzegovina aderiu ao Protocolo II Revisto da Convenção sobre Armas Convencionais em Setembro de 2000.

Bulgária A Bulgária referiu ter completado a destruição do seu arsenal de 885 872 minas antipessoal em Dezembro de 2000. A Bulgária decidiu reduzir o numero de minas que retêm para efeitos de treino de 10 446 para 4000.

Croácia Durante o ano 2000, um total de 9.8 quilómetros quadrados foram desminados, e outros 23.2 quilómetros quadrados de terra suspeita foram declarados livres de minas e engenhos explosivos em consequência de um inquérito técnico geral. A Croácia em 2000, gastou US\$ 22.5 milhões em desminagem. O Programa de Acção contra as Minas foi aprovado pelo Parlamento em Outubro de 2000. Houve 22 novas vítimas de minas em 2000; significativa redução em relação às 51 de 1999. A Croácia anunciou que iria reduzir o número de minas antipessoal retidas ao abrigo do Artigo 3 do Tratado de Proibição de Minas de 17.500 para 7000. Nenhuma mina antipessoal armazenada foi destruída desde Junho de 1999, mas uma destruição de grande escala está prevista começar em Setembro de 2001. A Croácia foi co-relator do Comité Permanente sobre a Destruição dos Arsenais desde Setembro de 2000 e irá co-Presidir em Setembro de 2001.

República Checa A 15 de Junho de 2001, a República Checa declarou ter completado a destruição do seu arsenal de 324 412 minas antipessoal. As unidades checas da SFOR e KFOR continuaram a desminar na Bósnia Herzegovina e no Kosovo, respectivamente, e a Republica Checa financiou programas de acção contra as minas na Croácia e Kosovo. Em Maio de 2001, numa exposição de armamento em Brno, um companhia checa exibiu uma mina anticarro com modo de fio armadilhado.

Dinamarca A Dinamarca quase duplicou os seus financiamentos de acções contra as minas em 2000, para um total de US\$ 13.4 milhões. O número de minas antipessoal retidas para efeitos de treino e desenvolvimento foi reduzido de quase 5000 para apenas mais de 2000.

França A França continuou a promover a universalização e a implementação de Tratado de Proibição de Minas dando um enfoque especial às questões de cumprimento. Em Fevereiro de 2001, a França juntamente com o Canadá e o Mali, organizou um Seminário pan-africano em Bamako. Em 2000, o total da contribuição francesa para os programas de acção contra as minas

foi de US\$ 6.77 milhões.

Alemanha Em 2000, a Alemanha aumentou o seu apoio financeiro para as acções contra as minas de US\$ 11.4 milhões em 1999 para aproximadamente US\$14.5 milhões. Estão a ser levadas a cabo iniciativas dentro do Governo e do Parlamento a favor de restrições relativas às minas anticarro / tanque.

Hungria A Hungria acolheu um seminário sobre a destruição de minas antipessoal PFM-1 em Fevereiro de 2001.

Itália A Itália tinha destruído mais de 4 milhões de minas antipessoal armazenadas em Março de 2001. Durante o seu ano fiscal de 2000, a Itália consagrou US\$ 2 milhões para programas de acção contra as minas, ou seja, uma importante redução em relação à contribuição do ano anterior de US\$ 6.45 milhões. Em Fevereiro de 2001, O Parlamento italiano aprovou a criação do Fundo nacional de Crédito para a desminagem Humanitária, mas com uma redução substancial dos fundos previstos.

Macedónia (a ex-República Federal Jugoslava da) Desde que os insurgentes de etnia albanesa começaram a combater o Governo da Macedónia em Março de 2001, a imprensa relatou pelo menos seis incidentes envolvendo minas anticarro / tanque, nos quais quatro soldados da Macedónia morreram e nove ficaram feridos, e dois Monitores da UE e os seus interpretes foram mortos. Varias capturas de minas antipessoal passadas por contrabando do Kosovo para a Macedónia foram referidas. Não foram feitos nenhuns progressos relativamente à destruição dos arsenais da Ex-R.F.J. da Macedónia.

Malta Malta ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 7 de Maio de 2001 que entrará em vigor a 1 de Novembro de 2001.

Moldávia A Moldávia ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 8 de Setembro de 2000 que entrou em vigor a 1 de Março de 2001. A Moldávia iniciou as discussões com o Programa de Parceria para a Paz da NATO para a destruição do seu arsenal de minas. A equipas de desminagem removeram 1 658 minas e engenhos explosivos em 2000, e 450 minas e engenhos explosivos entre Janeiro e Maio de 2000. Entre Maio e Agosto de 2000, uma unidade moldava de desminagem levou a cabo operações de desminagem na zona de segurança da Operação de manutenção da paz do Transdniester, desminando 85 hectares de terra agrícola inutilizada.

Países Baixos Em 2000, a contribuição do Governo holandês foi aumentada de mais de cinquenta por cento, totalizando US\$ 14.2 milhões. Os Países Baixos adoptaram um papel de liderança dentro da Convenção sobre as Armas Convencionais sobre a questão dos vestígios explosivos da guerra. Os Países Baixos co-presidiram o

Comité Permanente sobre Desminagem, e presidiram o Grupo de Apoio de Doadores de Acções contra as Minas.

Noruega A Noruega continuou a ter um papel crucial na liderança da promoção da total aplicação e consolidação do Tratado de Proibição de Minas. A Noruega presidiu o Segunda Reunião dos Estados Partes ao Tratado de Proibição de Minas em Setembro de 2000 e presidiu o processo intersessional ao longo do ano seguinte. A Noruega foi co-relator do Comité Permanente sobre o Estatuto Geral e Operativo da Convenção em Setembro de 2000. Os fundos noruegueses para as acções contra as minas em 2000 totalizaram mais de US\$ 19 milhões.

Portugal O início da destruição do arsenal sofreu um atraso, aparentemente por causa de preocupações de segurança e ambientais; a nova data prevista foi fixada para Abril de 2001.

Roménia A Roménia ratificou o Tratado de Proibição de Minas a 30 de Novembro de 2000 e entrou em vigor a 1 de Maio de 2001. A Roménia declarou em Junho que tem apenas mais de um milhão de minas antipessoal nos arsenais, que irá destruir por detonação e desmontagem.

República Eslovaca A República Eslovaca anunciou a destruição completa do seu arsenal de 180 000 minas antipessoal, das quais vai reter apenas 1 500 para efeitos de treino e desenvolvimento permitidos. Desde a Segunda Reunião dos Estados Partes ao Tratado de Proibição de Minas em Setembro de 2000, a Eslováquia co-presidiu o Comité Intersessional Permanente sobre a Destruição dos Arsenais. O Embaixador Eslovaco para as Nações Unidas presidiu a Segunda Conferência Anual dos Estados Partes ao Protocolo II Revisto da Convenção sobre Armas Convencionais.

Eslovénia A 21-22 de Junho de 2000, a Eslovénia foi a anfitriã da Terceira Conferência Regional sobre Minas Terrestres, em Ljubljana. Em Maio de 2001, a Eslovénia tinha destruído quase 20 000 minas antipessoal; planeou a destruição das minas restantes para o final de 2001. A Eslovénia anunciou a sua intenção de reduzir o número de minas antipessoal que guarda para treino de 7000 para 1500. O Fundo Internacional de Crédito (ITF) da Eslovénia recebeu mais de US\$29 milhões em 2000 para actividades regionais de desminagem. O ITF iniciou a criação do Conselho de Coordenação de Acção contra as Minas do Sudeste Europeu a 30 de Novembro de 2000.

Espanha A Espanha completou a destruição do seu arsenal de 849365 minas antipessoal em Novembro de 2000. A Espanha reduziu o número de minas retidas para treino de 10 000 para 4000.

Suécia A 1 de Abril de 2001, a Suécia destruiu 2.3 milhões de minas desde a entrada em vigor do Tratado de Proibição de Minas. A Suécia tenciona reter 11120 minas antipessoal para efeitos de treino permitidos. A Suécia afirmou ter tornado as suas minas tipo Claymore “inutilizáveis” como minas antipessoal. A Suécia contribuiu com mais de US\$ 8 milhões para acções contra as minas, em 2000, continuando uma tendência de diminuição dos fundos.

Suíça A Suíça acolheu a Segunda Reunião dos Estados Partes ao Tratado de Proibição de Minas em Setembro de 2000. Em 2000, a Suíça forneceu US\$ 8.5 milhões para acções contra as minas, um aumento significativo em relação ao ano anterior.

Tajiquistão As forças russas colocaram minas antipessoal em território do Tajiquistão, ao longo da fronteira com o Afeganistão. As forças de manutenção da paz russas também utilizaram minas antipessoal dentro do Tajiquistão. O Uzbequistão reconhece ter colocado minas antipessoal na sua fronteira com o Tajiquistão, e o Tajiquistão reivindicou que forças uzbeques colocaram minas em território tajique. O Quirguistão foi referido como tendo colocado minas na sua fronteira com a Tajiquistão. A colocação de minas resultou num aumento de vítimas de minas.

Reino Unido O R.U. continuou a ser um dos maiores contribuintes das acções contra as minas internacionalmente, gastando aproximadamente US\$ 23 milhões para o seu ano fiscal de 2000/2001, ou seja um aumento significativo em relação aos anos anteriores.

Signatários

Chipre O Ministério dos Negócios Estrangeiros (relações externas) declarou que a legislação para a ratificação do Tratado de Proibição de Minas irá ser apresentada perante o Parlamento no seguimento das eleições em Maio de 2001. O Ministério da Defesa declarou que “foram adoptados passos no espírito do Tratado tais como a desminagem, exclusão de minas antipessoal [do] nosso programa de armamento [e] agenda de destruição dos estoques” de minas antipessoal.

Grécia Em Abril de 2001, o Ministro grego dos Negócios Estrangeiros anunciou, conjuntamente como o seu homólogo turco, que a Grécia, Signatária, e a Turquia, não-Signatária, iriam simultaneamente aderir ao Tratado de Proibição de Minas. Uma das actividades de cooperação, será a desminagem pela Grécia do seu

lado da fronteira com a Turquia. A Grécia continua a desminar minas nas suas fronteiras com a Albânia, Bulgária e Macedónia.

Polónia A Polónia estabeleceu um grupo de trabalho inter-agências em 2000, para desenvolver um plano e uma agenda para a ratificação do Tratado de Proibição de Minas, mas os oficiais continuam a insistir numa variedade de condições prévias. A Polónia e o Canadá, co-patrocinaram um seminário sobre minas que teve lugar em Varsóvia a 18-19 de Junho de 2001. O Monitor de Minas recebeu a informação que a Polónia teria entre um milhão e dois milhões de minas antipessoal no seu arsenal. Em 2000, 2091 minas foram removidas, assim como 770 bombas de aviação, 28.724 morteiros e peças de artilharia, 5892 granadas e 649 960 outras peças de munições, quase todas deixadas pela Segunda Guerra Mundial.

Ucrânia A Ucrânia revelou que o seu arsenal de minas consistia em 6.35 milhões de minas PFM e PMN. A Ucrânia e o Canadá assinaram um acordo de estruturação da destruição das minas PMN e estão a decorrer discussões com a Agência de manutenção e fornecimento da NATO para a destruição de minas PMN. Em 2000, Unidades de desminagem ucranianas juntaram-se a operações de desminagem no Líbano e na Serra Leoa e um Batalhão Conjunto Ucrânio-Polaco de manutenção da Paz começou operações de desminagem no Kosovo. A Ucrânia está a desenvolver um Programa de Desminagem Humanitária para a Crimeia.

Não-Signatários

Arménia Sapadores arménios participaram em treinos conjuntos com sapadores geórgios e azeris, conduzidos por militares americanos durante o Outono de 2000. Os investigadores do Monitor de Minas levaram a cabo visitas ao longo da fronteira nas zonas fronteiriças das províncias Synik, Vayots Dzor e de Tavush, obtendo novas informações sobre o impacto das minas nomeadamente sobre os sobreviventes de minas. Em Maio de 2001, a base de dados compilada pelo Comité Nacional Arménio da ICBL continha detalhes sobre 335 sobreviventes de minas em onze províncias da Arménia.

Azerbaijão Um inquérito de Impacto de Primeiro Nível foi completado na região de Fizuli. Com os resultados do Inquérito, a Base de Dados Nacional sobre Minas foi criada. Outros inquéritos estão em curso. Um total de 27 sapadores e 16 inspectores de minas foram treinados durante o ano de 2000; 163860 metros quadrados de terra foram desminados, assim como foram assinalados e vedados 289.991 metros quadrados de terra. Em Dezembro de 2000, as acções contra as minas foram suspensas

devido à falta de fundos. Dez acidentes com minas ocorreram em 2000, nos quais quatro pessoas morreram e seis ficaram feridos.

Biélorússia A Biélorússia revelou pela primeira vez que tinha um arsenal de 4.5 milhões de minas antipessoal, das quais 3.6 milhões são minas tipo PFM-1 e PFM-1S. A Biélorússia destruiu 8.183 minas antipessoal armazenadas entre 1997 e 2000. A Biélorússia recebeu uma missão de avaliação da UNMAS entre 31 de julho e 4 de Agosto de 2000. No últimos dez anos, as forças armadas removeram mais de 350 hectares de minas e engenhos explosivos.

Estónia Houve vinte mortes ou ferimentos devido a minas e engenhos explosivos em 2000. Em Junho de 2000, um Centro de Desminagem foi criado. A Estónia tornou-se Estado Parte ao Protocolo II Revisto da Convenção sobre Armas Convencionais em 20 de Outubro de 2000.

Finlândia A Finlândia reafirmou a sua intenção de aderir ao Tratado de Proibição de Minas antes de 2006, apesar de tentativas do Ministério da Defesa de atrasar a agenda. Em 2000, a Finlândia forneceu cerca de US\$4 milhões para acções contra as minas; uma redução comparativamente ao ano anterior.

Geórgia Mantiveram-se os relatos de colocação de minas antipessoal por grupos armadas da Geórgia na região da Abcázia. A Geórgia afirmou que o Governo “ não apoio tacitamente nem abertamente os partisans geórgios na sua utilização de minas antipessoal”. A Geórgia reconheceu ter colocado minas anticarro (mas não antipessoal) no sector checheno da fronteira Geórgia-Russa, e de ter posteriormente as ter removido. A Geórgia afirma que forças russas minaram a fronteira Russo-Geórgia perto das aldeias de Shatili e Omalo. Os militares geórgios começaram a fazer o inventario da suas minas armazenadas, que deveria estar completo em finais de Maio de 2001. De Setembro a Novembro de 2000, os EU conduziram treinos de desminagem para soldados geórgios, arménios e azéris numa base militar da Geórgia. O Comité Geórgio da ICBL referiu que entre Janeiro e finais de Junho de 2001, 51 pessoas foram mortas e feridas por minas e engenhos explosivos.

Cazaquistão De acordo com um artigo de jornal, o Cazaquistão possui entre 800.000 e 1 milhão de minas antipessoal. Está é a única estimativa pública conhecida do estoque de minas do Cazaquistão.

Quirguistão Foi relatado que as forças quirguizes minaram a fronteira com o Tajiquistão no Verão e o Outono de 2000. O Uzbequistão minou as suas zonas fronteiriças com o Quirguistão, e o Quirguistão contrapõe que o Uzbequistão colocou minas em território do Quirguistão. Em Junho de 2001, o Governo do Quirguistão que adoptou uma lei para criar uma estrutura legal à desminagem e a alerta às minas começou a desminar as suas zonas fronteiriças com o Uzbequistão.

Rússia As forças russas continuaram a utilizar minas na Chéchénia. As forças russas também minaram a fronteira tajique com o Afeganistão. A Rússia tinha destruído 1.5 milhão de minas antipessoal em Janeiro de 2000, incluindo todas as suas minas de estouro. Em Abril de 2001, um Grupo de Trabalho Federal sobre Acção contra as Minas foi formado para facilitar o progresso da Rússia relativamente às acções contra as minas, incluindo a destruição do arsenal. A Rússia estendeu a sua participação em operações internacionais de acção contra as minas. Os militares russos realizaram um debate público a propósito da utilização de minas na Chéchénia; entre as revelações feitas estavam que as minas AFM-1/PFM-1S falharam cerca de 50 por cento das vezes por causa de problemas com o mecanismo de autodestruição.

Turquia A Turquia anunciou a 6 de Abril de 2001 que iria começar o processo de adesão ao Tratado de Proibição de Minas. A Turquia confirmou que parou a produção de minas antipessoal. Em finais de 2000, a Turquia anunciou um projecto de desminar a fronteira com a Síria. Em Janeiro de 2001, a Turquia assinou uma declaração conjunta com a Geórgia que inclui o compromisso de desminar a fronteira e proibir futuras utilizações. Uma ONG turca formou a campanha contra minas em Setembro de 2000.

Uzbequistão O Uzbequistão minou as suas fronteiras com o Quirguistão e o Tajiquistão. As forças uzbeques aparentemente continuaram a colocar minas na fronteira com o Tajiquistão em Junho de 2001. Ambos o Quirguistão e o Tajiquistão contraporam que o Uzbequistão colocou minas dentro das suas fronteiras. A recente colocação de minas provocou um aumento de vítimas de minas nos três países.

República Federal da Jugoslávia No seguimento da mudança de regime na República Federal da Jugoslávia, a Jugoslávia anunciou a sua intenção de aderir ao Tratado de Proibição de Minas. As autoridades militares jugoslavas afirmaram que nenhuma mina antipessoal, foi produzida, exportada ou importada desde 1992. No Sul da Sérvia, na zona fronteiriça com o Kosovo, forças étnicas albanesas não-regulares utilizaram minas antipessoal.

Outros

Abcázia Em 2000, a HALO Trust removeu 1049 minas e 285 engenhos explosivos. Até Julho de 2001, foi dada educação de sensibilização sobre minas a 29 590 pessoas, incluindo 12 308 em 2000 e 8698 em 2001. Continuaram os relatos de colocação de minas antipessoal por grupos armados geórgios na Abcázia. A Geórgia afirmou que o Governo “ não apoiou tacitamente nem abertamente os partisaos geórgios na sua utilização de minas antipessoal”.

Chéchénia A utilização de minas pelas forças russas e chechenas continuou. Centenas de novas vítimas de minas foram identificadas. Desde Junho de 2000, em estreita cooperação com a UNICEF, o Programa de Sensibilização às Minas do Alto Comissariado para os refugiados da ONU formou 15 000 jovens e crianças da Inguschia e Chéchénia. O Ministro Checheno da Saúde Pública disse que mais de 8000 pessoas necessitam membros artificiais (próteses).

Kosovo Em finais de Maio de 2001, um total de 26.2 milhões de metros quadrados de terra foram desminados, incluindo a destruição de 13805 minas antipessoal, 5452 minas anticarro, 6482 unidades bombas de dispersão e 13409 engenhos explosivos. O Centro de Coordenação Acção contra as Minas da ONU acredita que todos os campos de minas serão removidos antes do final de 2001. Em 2000, um total de 4684 sessões de sensibilização às minas foram realizadas em 935 aldeias e cidades. Entre 16 de Junho de 1999 e 31 de Dezembro de 2000 no Kosovo, morreram ou ficaram feridos 437 civis e 20 sapadores devido a minas, bombinhas de dispersão e outras munições. Houve sete incidentes com minas e munições por explodir nos cinco primeiros meses de 2001. A utilização de minas no Kosovo, e particularmente de minas anticarro, por pessoas desconhecidas contra a população sérvia restante, continuou. Continuaram a ser encontrados esconderijos de armas no Kosovo, incluindo minas antipessoal.

Nagorno-Karbakh Entre Setembro e Novembro de 2000, algo como 3 milhões de metros quadrados de terra foram desminadas nas regiões de Askeran e Martakert. Ao mesmo tempo, o Ministério da Defesa desminou 270 000 metros quadrados de terra arável na região de Hadrout, que foi entregue às famílias de deficientes da guerra, incluindo vítimas de minas. Em 2000, quinze pessoas foram vitimadas por minas.

NORTE DE ÁFRICA / MÉDIO ORIENTE

Estados Partes

Jordânia A Jordânia destruiu 16000 minas antipessoal armazenadas adicionais, alcançando um total de 36552 destruídas. Um Comité Nacional de Desminagem e Reabilitação foi criado. As actividades de sensibilização continuaram a expandir-se. A Jordânia aderiu ao Protocolo II Revisto da Convenção sobre Armas Convencionais a 6 de Setembro de 2000.

Catar O Catar revelou pela primeira vez que tem um arsenal de minas antipessoal para efeitos de treino. O Catar ainda não entregou o seu relatório inicial relativo ao Artigo 7, aguardado desde Setembro de 1999.

Tunísia Tunísia entregou o seu relatório de transparência em Julho de 2000, detalhando o seu arsenal de 17575 minas antipessoal armazenadas e cinco áreas minadas pela primeira vez.

Iémene O Inquérito de Impacto de Minas foi completado em Julho de 2000 e o Governo iemenita aprovou a um Plano Estratégico de Acção contra as Minas em Fevereiro de 2001 baseado nos dados do inquérito. O Inquérito identificou 592 aldeias afectadas e 1078 locais minados cobrindo um total de 923 milhões de metros quadrados de terra, afectado 828 000 civis iemenitas. Em Fevereiro 2001, 4286 minas antipessoal adicionais dos arsenais foram destruídas. Em 2000, 447 minas anticarro e 4897 engenhos explosivos foram desarmadilhados numa área de terra que cobria 666 445 metros quadrados. Houve pelo menos doze vítimas de minas em 2000 e três incidentes até meados de 2001.

Signatarios

Argélia Argélia completou o seu processo interno de ratificação do Tratado de Proibição de Minas em Dezembro de 2000, mas ainda não depositou o seu instrumento de ratificação nas Nações Unidas.

Não-Signatários

Egipto O Comité Nacional para a Supervisão da Desminagem reuniu-se pela primeira vez em Junho de 2000. O Comité Nacional criou um fundo de crédito para a desminagem do deserto ocidental. Houve 12 vítimas de minas/engenhos explosivos registadas em 2000.

Irão De acordo com oficiais iranianos, durante o ano 2000, mais de 880 000 minas e engenhos explosivos foram removidos e 30 000 hectares de terra desminados. Desde 1998, mais de 75 000 hectares e 9 milhões de minas/engenhos explosivos foram desactivados. O Centro de Engenharia e Pesquisa Médica avaliou que há cerca de 300 vítimas de minas e engenhos explosivos por ano no Irão.

Israel Aparentemente, Israel continuou a utilizar minas antipessoal nos territórios palestinos ocupados, alegadamente sem verdadeira vedação ou sinalização, tal como exigido pelo Protocolo II Revisto da Convenção sobre Armas Convencionais, que entrou em vigor para Israel a 30 de Abril de 2001. Houve alegações de utilização de minas antipessoal por palestinos igualmente.

Koweit O Koweit referiu ter aceiteado fornecer \$50 milhões para projectos de desenvolvimento, incluindo desminagem no Sul do Líbano. No Koweit em 2000, avalia-se o número de minas antipessoal e anticarro desactivadas a 250. Houve pelo menos quarenta e quatro vítimas registadas entre Março de 2000 e Fevereiro de 2001. No Koweit, uma nova base de dados foi criada evidenciando mais de 1500 vítimas civis de minas e engenhos explosivos desde Agosto 1990.

Líbano O Gabinete Nacional de Desminagem identificou 1388 zonas minadas, incluindo 553 no Sul do Líbano. Um Inquérito de Primeiro Nível sobre o Impacto das Minas à escala nacional era previsto ter começado em Julho de 2001. De Outubro de 1999 a Abril de 2001, o exercito libanês removeu 23 293 minas antipessoal, 4905 minas antitanque e numerosos engenhos explosivos. O Exército libanês desarmadilhou 672 415 metros quadrados de terra em 2000 e 154 772 metros quadrados até Abril de 2001. Pelo menos 57 exposições de educação de sensibilização às minas foram realizadas entre Maio e Dezembro de 2000. Os Emirados Árabes Unidos prometeram \$50 milhões para a desminagem e a reconstrução no Sul do Líbano. Desde a retirada israelita do Sul do Líbano em Maio de 2000, 132 vítimas de minas foram registadas.

Marrocos Em Fevereiro de 2001, oficiais marroquinos afirmaram pela primeira vez que Marrocos deixou de utilizar minas antipessoal. Em Março de 2001, o Ministério do Negócios Estrangeiros declarou ao Monitor de Minas que não tinha arsenal de minas antipessoal. Marrocos e a Frente Polisario trocaram acusações de novas colocações de minas no Saara ocidental. De acordo com um relatório da ONU, em Maio de 2001, o Exército Real Marroquino destruiu cerca de 3000 minas antitanque e 37 000 minas antipessoal no Saara ocidental. Entre Março de 2001 e Março de 2000, as autoridades marroquinas registaram 51 vítimas e minas anticarro e engenhos explosivos no Saara Ocidental. Entre Março de 2000 e Março de 2001, as autoridades marroquinas registaram 51 vítimas de minas anti-veículo e de engenhos explosivos no Saara Ocidental.

Omã A Assistência na desminagem americana começou em 2000, incluindo um inquérito em Abril de 2000 e uma missão de treino em Fevereiro de 2001. Omã revelou pela primeira vez que tem um arsenal "limitado" de minas antipessoal para efeitos de treino.

Arábia Saudita Em Maio de 2001, a Arábia Saudita anunciou que iria fornecer \$3 milhões para acções contra as minas no Iémen, ou seja a primeira contribuição financeira da Arábia Saudita desde 1999. A Arábia Saudita confirmou que nunca utilizou, produziu ou exportou minas antipessoal.

Síria Em cooperação com as autoridades sírias, as forças de manutenção da paz no Planalto do Golã, iniciaram um programa para identificar e assinalar as zonas minadas nas áreas de operação. Uma componente de sensibilização às minas foi incluído no “Projecto Jardins Seguros”, iniciado em Agosto de 2000. A Campanha Síria para a Proibição das Minas foi lançada a 4 de Julho de 2000.

Emirados Árabes Unidos Em Março de 2001, os Emirados Árabes Unidos anunciaram a sua intenção de doar \$50 milhões para ajudar a desenvolver o Líbano do Sul, incluindo fundos para a desminagem.

Outros

Norte Iraque (Curdistão Iraquiano) Entre 1997 e meados de 2001, mais de 7 milhões de metros quadrados de terra foram desminados sob o Programa de Acção contra as Minas (MAP), dos quais 70 por cento dessa terra foi tornada segura em 2000 e 2001. O MAP gastou aproximadamente 20 milhões em 2000 e tem um orçamento de \$30 milhões em 2001. Em 2000, o Mines Advisory Group removeu quatorze campos de minas, e declarou seguros 702 111 metros quadrados de terra. A Ajuda Popular da Noruega desminou sete campos de minas e um total de 449.778 metros quadrados de terra. De acordo com as Nações Unidas, as explosões conhecidas de minas e outros engenhos provocaram uma média de 56 vítimas por mês em 2000 e 31 por mês em 2001.

Palestina Israel aparentemente continuou a utilizar minas antipessoal nos Territórios Ocupados palestinianos. Houveram alegações de utilização de minas por palestinianos também. O Programa da Defense for Children International/Secção internacional (DCI/PS) continuou, e tiveram lugar mais de 70 sessões de sensibilização às minas. O DCI/PS, em cooperação com as Forças Nacionais de Segurança da Palestina, também erigiram uma vedação e colocaram sinais de perigo à volta do campo de minas de Qabatia. Em 2000, a Mines Advisory Group, com sede no R.U., completou uma avaliação das zonas minadas à volta da aldeia de Husan.

Saara Ocidental Marrocos e a POLISARIO trocaram acusações de utilização de minas. Um programa de alerta às minas conduzido pela Ajuda Popular Norueguesa terminou em Maio de 2000.